

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Curso de Especialização “Gestão Pública com ênfase em: Sistema Único da Assistência Social; Direitos Humanos e Cidadania; e Planejamento e Avaliação de Políticas Sociais – Residência Técnica” na modalidade à distância – 2ª edição.

**A EFICÁCIA DOS MÉTODOS DE RESSOCIALIZAÇÃO NOS PRESÍDIOS
PARANAENSES**

Diogo da Silva dos Santos*

Josiane Pilau Bornia**

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar e discutir as formas do tratamento penal e a eficácia que as assistências básicas garantidas pela Lei de Execuções Penais (como atendimento médico, odontológico, jurídico, psicológico, social) causam na ressocialização nos presídios paranaenses, bem como no cumprimento da pena e no comportamento dos detentos e no reingresso a sociedade.

Palavras-chaves: Prisão. Ressocialização. Assistência.

1. INTRODUÇÃO

A pena de prisão está presente na história do homem, fato cediço é que a política prisional brasileira foi desenvolvida há muito tempo. O Estado apresenta grande dificuldade em oportunizar um cumprimento de pena digno, muitas vezes não garantindo nem o mínimo. Neste sentido, Roig (2005, p. 174) relata que o sistema prisional além de conjugar problemas relativos com a falta de infraestrutura e o aumento significativo do número de presos, é uma medida que gera violência institucional.

Diferentes crises fazem parte da atual situação brasileira, e a questão da violência é umas das principais demandas, alvo constante nos meios de comunicação, tendo em vista que

*dioguo@hotmail.com

**josiane.bornia@pucpr.br

os índices atuais do Brasil se assemelham aos de locais em guerra. Conforme demonstra o Atlas da Violência 2018, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em conjunto com Fórum Nacional de Segurança Pública (FBSP), “Em 2016, o Brasil alcançou a marca histórica de 62.517 homicídios, segundo informações do Ministério da Saúde (MS). Isso equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, que corresponde a 30 vezes a taxa da Europa. Apenas nos últimos dez anos, 553 mil pessoas perderam suas vidas devido à violência intencional no Brasil”.

As informações sobre a situação do sistema carcerário paranaense são alarmantes, como explica o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), em matéria veiculada no dia 05 de Abril de 2017, no próprio site do tribunal, onde diz que “um terço dos 29 mil presos do Paraná estão amontoados nas 174 cadeias e carceragens de delegacias, em condições insalubres e degradantes, e sem acesso a qualquer política de ressocialização”. Importante mencionar, que a partir do ano de 2012, no setor de carceragem das delegacias de polícia, começou a ser transferida a responsabilidade de custódia dos presos para o Departamento Penitenciário, iniciando uma gestão compartilhada.

Portanto, a atual forma de enfrentamento ao caos no sistema prisional não irá resolver o problema da violência urbana, até que o Estado compreenda que continuar amontoando pessoas em ambientes insalubres, verdadeiras “universidades do crime” apenas agrava a situação, assim medidas de efetiva ressocialização são necessárias.

Logo, busca-se identificar se a atual forma de organização prisional é efetiva. Analisar os possíveis reflexos que surge na sociedade. Refletir sobre o panorama prisional brasileiro e prováveis medidas a serem tomadas, por exemplo, educação profissionalizante, uma das assistências previstas na Lei de Execução Penal.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O sistema prisional brasileiro está em declínio, infelizmente, e de conhecimento geral a forma com que o mesmo é tratado não cumpre seu objetivo, o de recuperar as pessoas (ressocializá-las). Pessoas estas que por algum motivo deixaram de seguir ou agir de acordo com os princípios éticos, morais e legais conforme determina o convívio em sociedade. Porém, é um problema que retornará para a sociedade, tendo em vista os altos índices de reincidência, a grande quantidade de rebeliões e fugas nas penitenciárias. De acordo com Coyle, (2002, p.19):

A administração penitenciária pautada em direitos humanos é o meio mais eficaz e mais seguro de se administrar uma prisão [...] Ela relaciona as normas internacionais ao trabalho diário das prisões. [...] Para tanto, o conceito de direitos humanos não é meramente mais um tema a ser incluído no currículo nos processos de formação. Em vez disso, ele permeia e é parte integral da boa administração penitenciária.

2.1 BREVE HISTÓRICO DAS PRISÕES NO BRASIL

A princípio as prisões surgiram apenas como um meio de punição ou simplesmente um depósito daqueles indivíduos que de alguma maneira descumpriam ou não se enquadravam ao modo de organização da sociedade. Punições severas e cruéis eram impostas aos transgressores, inclusive arbitrárias. Aguirre (2009, p.38) faz uma importante descrição de como era o cenário carcerário durante o período colonial:

Durante o período colonial, as prisões e cárceres não constituíam espaços, intuições que seus visitantes e hóspedes pudessem elogiar pela organização, segurança, higiene ou efeitos positivos sobre os presos. De fato, as cadeias não eram instituições demasiadamente importantes dentro dos esquemas punitivos implementados pelas autoridades coloniais. Na maioria dos casos tratava-se de meros lugares de detenção para suspeitos que estavam sendo julgados ou para delinquentes já condenados que aguardavam a execução da sentença. Os mecanismos coloniais de castigo e controle social não incluíam as prisões como um de seus principais elementos. O castigo de fato, se aplicava muito mais frequentemente por meio de vários outros mecanismos típicos das sociedades do Antigo regime, tais como execuções públicas, marcas, açoites, trabalhos públicos ou desterro. Localizadas em edifícios fétidos e inseguros, a maioria das cadeias coloniais não mantinham sequer um registro dos detentos, das datas de entrada e saída, da categoria dos delitos e sentenças. Vários tipos de centro de detenção formavam um conjunto algo disperso de instituições punitivas e de confinamento: cadeias municipais e de inquisição, postos policiais e militares, casas religiosas para mulheres abandonadas, centros privados de detenção como padarias e fábricas – onde escravos e delinquentes eram recolhidos e sujeitados a trabalhos forçados – ou cárceres privados em fazendas e plantações nos quais eram castigados os trabalhos indóceis [...]. Logo, o encarceramento de delinquentes durante o período colonial foi prática social regulada simplesmente armazenar detentos, sem que se tenha implementado um regime punitivo institucional que buscasse a reforma dos delinquentes.

Acerca dos sistemas punitivos do Brasil Colonial Zaffaroni faz importante observação:

“Os usos punitivos do mercantilismo, concentrado no corpo do suspeito ou condenado – na reinvenção mercantil do degredo, nas galés, nos açoites, nas mutilações e na morte – encontram-se na colônia, praticados principalmente no âmbito privado. Além de constituir uma tradição ibérica, essa continuidade público-privado se beneficiava, em primeiro lugar, da incipiente e lerda implantação das burocracias estatais no Brasil colonial (ainda assim, atreladas a ciclos produtivos e à tutela do monopólio); em segundo lugar, do escravismo, inexoravelmente acompanhado de um direito penal doméstico; e, em terceiro, do emprego de resquícios organizativos feudais ao início dos esforços de ocupação (capitanias hereditárias): na reminiscência feudal sobrevive a superposição entre o eixo jurídico privado (*dominium*) e o público (*imperium*)” (ZAFFARONI *et al.*, 2003, p. 411-412).

Já no Período Imperial foi sancionado o Código Criminal do Império, em 1830. Que apresentava certos conflitos de interesse, entre os ideais de base iluminista e a escravidão:

A compreensão da programação criminalizante que teve seu núcleo no Código Criminal do Império do Brasil, de 1830, bem como do sistema penal montado a partir dela, pode ser facilitada pela análise de dois grandes eixos, no primeiro dos quais encontramos a contradição entre o liberalismo e a escravidão, e no segundo movimento político de descentralização e centralização, que se valeu intensamente do processo penal. Quando se assenta a poeira dos tensos episódios que assinalam a independência, ascende ao poder do novo estado a classe mais diretamente interessada na conservação do regime: os proprietários rurais, que se tornam sob o império a força política e socialmente dominadora. Paralelamente à decadência do nordeste, a cultura do café do sudeste faz este produto ultrapassar o açúcar e o algodão nas exportações e concentra geograficamente riqueza e poder político, prorrogando a demanda de mão-de-obra escrava (ZAFFARONI *et al.*, 2003, p.423).

Desta forma, Teles (2006, p.28) menciona em sua obra que o Código Criminal teve seu texto influenciado pelas manifestações liberais que ocorriam no mundo, e que quando se tratavam de “criminosos livres” as penas corporais foram substituídas pelas de privação de liberdade. De encontro, assim:

Além dos castigos corporais aos escravos pelos senhores e seus prepostos, após 1830, com a entrada em vigor do Código Criminal do Império – em caso de condenação à prisão – enquanto aos libertos e livres, pelo menos em tese, cabiam as então modernas formas de punir (reeducar e ressocializar), aos cativos continuava reservada a pena de açoites. Pena esta que, em casos extremos, de até oitocentos açoites, era caracterizada pelos práticos e cirurgiões que as acompanhavam como morte com suplício – típica punição do Antigo Regime (FERREIRA, 2009, p. 179-180).

A implantação do Código Criminal estabeleceu uma reforma prisional, onde a pena de prisão seria a principal medida com a consequente intenção:

Quais são os fins da prisão segundo os reformadores? Os fins de uma prisão vêm a ser três: custódia segura, reforma e castigo. Os antigos calabouços e os grilhões são considerados como expediente dos tempos bárbaros, e a violência física como meio de punição deve ser substituída pelo sistema de uma contínua vigia sobre o preso, invenção de um destes filósofos ardentes pela causa da humanidade. Um desses “gênios beneficentes” era o “venerável J. Bentham” (MOTTA, 2011, p. 106).

Embora a intenção, a realidade do cárcere brasileiro era outra se comparada com a legislação. Fato é que a conjuntura penitenciária não mudou muito do Brasil Colonial para o período de império.

Já no período Republicano o novo código de 1890 tratou de direcionar os tipos penais para as classes que o governo queria manter sob seu domínio. Desta forma:

Com a República, os ventos políticos sopraram na direção da criação de um arcabouço jurídico que fosse condizente com as demandas da Federação. De imediato, o código penal era republicano, de 1890, tratou de instituir tipos penais que permitissem o controle e a ordenação das classes perigosas pelos governantes (MORAIS, 2012, p. 06).

O começo do Estado Novo, por volta de 1937, foi marcado pela aprovação, por Vargas, da Constituição Polaca, de cunho autoritário, que foi direcionada a satisfazer os interesses políticos, utilizando a pena de prisão para conter os inimigos do governo (MORAIS, 2012, p. 07).

Com o passar dos anos muitas coisas mudaram, diversas legislações foram criadas como a Lei de Execuções Penais e promulgação da Constituição Federal de 1988, tida como Constituição Cidadã, novo enfoque é dado aos direitos humanos, exemplo disso são os tratamentos desumanos ou degradantes e a prática da tortura que foram oficialmente banidos do Brasil. Como mostra o artigo 5º da CF/88:

XLIII – a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

Bem como as penas de morte, caráter perpétuo, trabalhos forçados, de banimento e cruéis. Conforme artigo 5º da CF/88:

XLVII - não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis.

Diversos outros direitos foram estabelecidos aos presidiários na Carta Magna como o respeito à integridade física e moral (inc. XLIL), o cumprimento das penas em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado (inc. XLVIII), ao preso será informados os seus direitos e lhe será assegurada a assistência da família e de advogado (LXIII). Fica clara, a intenção do constituinte em encerrar as barbáries vistas ao longo da história nos calabouços brasileiros.

Mas, contemporaneamente não é o que se vê, apesar da clara intenção da Constituição Federal de propiciar um cumprimento de pena mais digno, tem-se o contrário, como por exemplo, demonstra o TCE-PR (2017), ao analisar o mapa carcerário do Estado do Paraná “aponta que, na última consolidação de dados, em 25 de novembro de 2016, o Paraná possuía exatos 28.974 presos. Desse total, 19.237 estavam nos 33 presídios mantidos pelo DEPEN e 9.737 (33,6%) se amontoavam nas 174 cadeias e delegacias, distribuídas nas nove divisões regionais, sob a custódia da Polícia Civil”. Fato que se faz importante mencionar é que de acordo com o art. 102 da Lei 7.210/84 (Lei de Execuções Penais), a cadeia pública destina-se ao recolhimento de presos provisórios, ou seja, aqueles detidos por meio de prisão em flagrante, preventiva ou temporária. De forma que, a pena de prisão deve ser cumprida em

estabelecimentos adequados com a sentença como Penitenciárias, Colônia Agrícola, Industrial ou Similar e Casa de Albergado, conforme lei em comento.

2.2 RESSOCIALIZAÇÃO / TRATAMENTO PENAL: CONCEITO E HISTÓRIA

O termo “tratamento penal”, na fase processual, talvez, não seja o mais adequado, tendo em vista que o autor de um delito recebe a sanção penal conforme o crime praticado. Até esse momento o Estado está na esfera punitiva e não na integração social propriamente dita, fase posterior. Embora a individualização da pena seja parâmetro para sua aplicação, conforme demonstra o texto do Art. 59 do Código Penal.

Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I - as penas aplicáveis dentre as cominadas; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

IV - a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Já para o Departamento Penitenciário do Estado do Paraná - DEPEN, embora o termo tratamento penal, no contexto penitenciário, seja relacionado apenas à execução da pena, acredita-se que o mesmo também se aplique à forma de punir determinado delito, ou seja, à aplicação da pena, conforme seu Caderno de Práticas de Tratamento Penal nas Unidades Penais do Paraná (2011, p.17). Cita ainda, que antes mesmo da execução da pena o preso recebeu determinado “tratamento penal”, em função do delito que cometera, das circunstâncias do delito, dos antecedentes criminais, e até mesmo em função de fatores relacionados ao seu “comportamento social” e a sua personalidade.

Ainda, o DEPEN mostra que entre outras questões, essas contradições, essas incoerências entre Código Penal e a Lei de Execução Penal resultam no emaranhado em que os operadores do tratamento penal executivo se encontram. Emaranhado que se reflete nos diversos termos adotados quando se refere aos objetivos do tratamento penal. Ora o objetivo é ressocializar, ora recuperar, ora reintegrar e, por que não, ora punir. No entanto, pra ser mais coerente com a Lei de Execução Penal, já que é na execução da pena que esta se trabalhando, o termo mais apropriado dispensa o prefixo re. O termo mais apropriado para definir o

objetivo no âmbito da execução penal é simplesmente promover a integração social, como será visto na abordagem mais detalhada da LEP.

Neste sentido, a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania – CDHC, da Câmara dos Deputados, relacionou os “Princípios Básicos Relativos ao Tratamento de Reclusos” onde no item 10 mostra que: “Com a participação e ajuda da comunidade e das instituições sociais, e com o devido respeito pelos interesses das vítimas devem ser criadas condições favoráveis à reinserção do antigo recluso na sociedade, nas melhores condições possíveis”.

2.3 RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO

2.3.1 TEORIA DA PENA

No passar do tempo do direito penal, existiram três correntes que tentaram esclarecer a natureza da pena. Que são: absoluta (retributiva), relativa (utilitarista) e mista (ecclética).

Segundo Ferrajoli (2001, p.204) *apud* Greco (2016, p.125):

“são teorias absolutas todas aquelas doutrinas que concebem a pena como um fim em si própria, ou seja, como ‘castigo’ ‘reação’, ‘reparação’ ou, ainda, ‘retribuição’ do crime, justificada por seu intrínseco valor axiológico, vale dizer, não um meio, e tampouco um custo, mas, sim, um dever ser metajurídico que possui em si seu próprio fundamento. São, ao contrário, ‘relativas’ todas as doutrinas utilitaristas, que consideram e justificam a pena enquanto meio para a realização do fim utilitário da prevenção de futuros delitos”.

Na teoria absoluta, a pena tem caráter retributivo, o direito do Estado vem a partir do cometimento do delito, de forma que se pune o mal com o mal.

Conforme Roxin (1997, p. 81-82) *apud* Greco (2016, p.125):

“a teoria da retribuição não encontra o sentido da pena na perspectiva de algum fim socialmente útil, senão em que mediante a imposição de um mal merecidamente se retribui, equilibra e espia a culpabilidade do autor pela fato cometido. Se fala aqui de uma teoria ‘absoluta’ porque para ela o fim da pena é independente, ‘desvinculado’ de seu efeito social. A concepção da pena como retribuição compensatória realmente já é conhecida desde a antiguidade e permanece viva na consciência dos profanos com uma certa naturalidade: a pena deve ser justa e isso pressupõe que se corresponda em sua duração e intensidade com a gravidade do delito, que o compense”.

Por outro lado, na teoria relativa à natureza da pena consta também como sua finalidade: a de prevenir a nova ocorrência, e pode ser estudada sob dois aspectos, por meio da intimidação, pois é sabido que sofrerão punições. E o segundo aspecto é particular, pois se aplica a pena ao autor do delito.

Nesse sentido, Greco (2016, p.126) afirma que na “prevenção por intimidação, a pena aplicada ao infrator da ação penal tende a refletir na sociedade, fazendo com que as demais pessoas, que se encontram com os olhos voltados para a condenação de um de seus pares, reflitam antes de praticar qualquer infração penal”.

E quando se fala da neutralização o autor Roxin (1997, p. 85) *apud* Greco (2016, p.126) mostra que “a missão da pena consiste unicamente em fazer com que o autor desista de cometer futuros delitos”. Greco (2016, p.126) ainda completa: “Denota-se, aqui, o caráter ressocializador da pena, fazendo com que o agente medite sobre o crime, sopesando suas consequências, inibindo-o ao cometimento de outros”.

Já na teoria mista, é uma combinação das duas correntes anteriores. A natureza da pena é retributiva, mas sua finalidade é preventiva.

Segundo Greco (2016, p.126):

“Em razão da redação contida no caput do art. 59 do Código Penal, podemos concluir pela adoção, em nossa lei penal, de uma teoria mista ou unificadora da pena. Isso porque a parte final do caput do art. 59 do código Penal conjuga a necessidade de reprovação com a prevenção do crime, fazendo, assim, com que se unifiquem as teorias absoluta e relativa, que se pautam, respectivamente, pelos critérios de retribuição e da prevenção”.

De encontro, Grokskreutz (2010) afirma que:

“a pena objetiva punir o condenado, retribuindo a este o mal causado em decorrência de seu delito, simultaneamente a pena objetiva a prevenção de novas condutas delituosas, fazendo com que o criminoso não realize novas condutas ilícitas, bem como, que a própria sociedade tenha receio em desobedecer a legislação penal, logo, concluir-se-á que mesmo havendo os três grandes grupos de penas indicadas, o ordenamento jurídico brasileiro é adepto da teoria mista, também chamada de unificadora ou eclética”.

Deste modo, mesmo havendo os três grupos de penas indicados, o ordenamento jurídico brasileiro é adepto da teoria mista, onde é punido o condenado retribuindo-lhe o mal causado, bem como, objetiva-se também prevenir novas condutas delituosas.

2.3.2 RESSOCIALIZAÇÃO NO ÂMBITO DA LEI 7.210/84 – LEI DE EXECUÇÃO PENAL (LEP)

A lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984 deixa claro em seu primeiro artigo, o seu caráter não só punitivo, mas também de integração quando diz que “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”.

Conforme já mencionado, Machado (2008, p. 36), também concorda que “assim como a natureza jurídica, o objeto da pena não é único, uma vez que este visa tanto a aplicação da sentença de condenação, como também a recuperação do preso para que esse possa, posteriormente se reintegrar na sociedade”.

Alinhado ao que já foi mencionado, o art. 10 da LEP ainda garante que “a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”.

Segundo Monteiro (2006) “A Lei de Execução Penal (LEP) é uma das mais avançadas em aspectos mundiais, e se devidamente cumpridas acarretam benefícios sociais. Dessa forma, favorecendo o âmbito ressocializador do preso, vislumbrando os seus direitos. Já que a lei é clara e as vantagens da sua aplicação são precisas quanto à ressocialização, deve-se incentivar o desenvolvimento de tais programas”.

Ainda, Machado (2008, p. 51) relata que “a referida Lei é de grande importância para a reintegração do sentenciado, já que a gama de possibilidades de reeducação que propicia, por meio de direitos, deveres, trabalho, tratamento de saúde física, integridade moral, acompanhamento religioso, dentre outros, evitando que o mesmo fique dentro do estabelecimento penal sem nada produzir”.

A Lei de Execução Penal não tem como finalidade a recuperação de um doente, como propõe a Escola Positiva (onde diz que o criminoso seria psicologicamente um “anormal”, seja de forma temporária ou permanente, tratamento num contexto médico), mas a integração social do preso. E neste caso, a expectativa é que o egresso do sistema penitenciário passe a agir com fidelidade à ordem jurídica.

A Lei de Execução Penal é um meio de controle das condutas carcerárias, com o suposto objetivo de proporcionar a “reintegração” social do condenado, resguardando um acervo de direitos sem aplicabilidade, desse modo delegou aos órgãos da execução penal julgar o comportamento dos presidiários, para tanto dispôs de uma série de procedimentos, tendo em vista a organização nos presídios (ROIG, 2005, p. 138).

2.3.3 CONCEITUAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA VIOLÊNCIA

Barros (2014, p.29) define que “violência é todo e qualquer ato que produz sofrimento, humilhação, constrangimento a uma pessoa. Em diferentes culturas, há uma forma específica de representar a agressividade”.

Já para Paviani (2016, p. 08):

O conceito de violência é ambíguo, complexo, implica vários elementos e posições teóricas e variadas maneiras de solução ou eliminação. As formas de violência são tão numerosas, que é difícil elencá-las de modo satisfatório. Diversos profissionais, especialmente na mídia, manifestam-se sobre ela, oferecem alternativas de solução; todavia, a violência surge na sociedade sempre de modo novo e ninguém consegue evitá-la por completo.

Barros (2014, p. 28) vai além e relata que “a violência, enquanto fenômeno social adquire contornos específicos em cada momento histórico e carrega, portanto, uma temporalidade. Em cada época e lugar haverá manifestação de violência e sua compreensão exige articular aspectos estruturais e contextuais”.

Com o crescimento dos índices de violência urbana nas cidades, a Nova República teve de enfrentar os desafios de buscar respostas democráticas para o controle da violência e, ao mesmo tempo, atender ao clamor público pelo endurecimento punitivo.

No que se refere à questão prisional, uma das propostas iniciais foi a de se tentar aplicar a Lei de Execução Penal, uma legislação mais humanista que, no entanto, encontrou resistências em face da permanência no cárcere de condutas herdadas do período ditatorial (ADORNO, 2006) e, ainda, mais remotamente, do passado colonial.

Barros (2014, p. 32) ainda menciona:

Além da violência física, há outras formas de expressão da violência. A violência psicológica, que é subjetiva e difícil de mensurar objetivamente. Por violência psicológica deve-se entender todo comportamento que ofende, humilha, constrange uma pessoa. Uma característica presente na violência psicológica é a de que ela é contínua ininterrupta. Há sempre casos que vocês conhecem ou leram relatando histórias de pessoas que sofreram violência psicológica.

A autora ainda completa:

Usar de violência não muda o comportamento e, ao mesmo tempo em que se suspende temporariamente o comportamento, o uso da violência, nas suas distintas manifestações como violência física, simbólica, psicológica ou social, traz inúmeras consequências, todas de conotação negativa. Uma delas é de que a violência é instituída como modelo para resolução de conflito. Nesse sentido, a violência é empregada como instrumento de resolução de conflitos e legitimada por aqueles que a empregam porque está sempre associada a figura de autoridade (mãe/ pai), respeito e força (BARROS, 2014, P. 36).

2.4 EFICÁCIA DOS MÉTODOS DE RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO PARANAENSE

2.4.1 O ESTATUTO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

Em 2011, no Caderno do DEPEN, ainda quando fazia parte da Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania – SEJU, a então secretária Maria Tereza Uille Gomes afirmou que “o

sistema penal paranaense enfrenta o maior desafio de sua história: manter cerca de trinta mil homens e mulheres sob sua custódia, num ambiente humanizado, sob o cumprimento estrito do que prevê a Lei de Execução Penal e, mais importante, desenvolvendo-os ao convívio social com alguma perspectiva de reinclusão socioeconômica”.

2.4.2 ATENDIMENTO TÉCNICO

O atendimento técnico de uma unidade prisional é um pilar fundamental dentro de sua estrutura, tendo em vista que é um dos meios de se manter a ordem e andamento das atividades. E principalmente, é a via pela qual se pretende dar condições para que os reclusos possam reestabelecer seu convívio em sociedade.

Minimizar o problema das prisões no país implica em uma gestão penitenciária comprometida com a complexidade dos fenômenos que atravessam a criminalidade. Em um Sistema Prisional, esse compromisso se refere ao Tratamento Penal, aqui entendido como todo tratamento dirigido à pessoa presa pelos funcionários dos mais diversos setores. (SANTOS, 2014, P.109)

2.4.2.1 Capacitação e Assistência Profissional

O trabalho, na vida do ser humano, além de ser essencial para o seu sustento, subsídio financeiro, também está associado à dignificação da vida, com a realização pessoal, ou seja, condição essencial para o ser humano. Ligado a isso, se tem a importância da capacitação profissional e também a disposição dos canteiros de trabalho nas unidades prisionais.

Tanto que para Ribeiro (2013) “O conceito de ressocialização foi cada vez mais sendo associado à ideia de reinserção no sistema produtivo. Com isso, ressocializar passa a ser vista como um sinônimo de profissionalizar e de viabilizar trabalho”.

Também com o objetivo de alcançar a reforma moral do recluso destaca-se o sistema desenvolvido por Montesinos que considerava o trabalho como o melhor mecanismo para promover a “recuperação” do “delinquente”, a função terapêutica atribuída por ele ao trabalho contribuiu para o modelo progressivo hodierno, que mesmo sofrendo alterações, conserva características dessa época. (BITENCOURT, 2011, p. 87).

Tendo em vista a importância do trabalho, a LEP o considerou obrigatório para os presos condenados e facultou para os provisórios, conforme mostra o art. 31:

Art. 31. O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.
Parágrafo único. Para o preso provisório, o trabalho não é obrigatório e só poderá ser executado no interior do estabelecimento.

Em consonância, a CDHC, da Câmara dos Deputados, em seus “Princípios Básicos Relativos ao Tratamento de Reclusos” no item oitavo afirma que: “Devem ser criadas

condições que permitam aos reclusos ter um emprego útil e remunerado, o qual facilitará a sua integração no mercado de trabalho do país e lhes permitirá contribuir para sustentar as suas próprias necessidades financeiras e as das suas famílias”.

Bitencourt (2011, p. 87) acrescenta que “o trabalho penitenciário enfrenta a triste sina de ter de ser ineficiente, marginal e improdutivo”. Sendo evidente a necessidade de capacitação, pois se assim não for infelizmente os altíssimos índices de reincidência permaneceram.

2.4.2.2 Assistência Educacional

A já mencionada CDHC, da Câmara dos Deputados, ainda tratando dos “Princípios Básicos Relativos ao Tratamento de Reclusos” no item seis descreve que: “Todos os reclusos devem ter o direito de participar das atividades culturais e de beneficiar de uma educação visando o pleno desenvolvimento da personalidade humana”.

A Lei de Execução Penal considera que:

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Universidade Federativa.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

A educação é um direito fundamental de todos os seres humanos sendo indiscutível sua seriedade, que vai além da preocupação em se obter um bom emprego, mas sim, na formação inclusive de cidadãos. Meio de se garantir o desenvolvimento não só educacional bem como social e também financeiro.

Mirabete (2007, p. 75) completa “a assistência educacional deve ser uma das prestações básicas mais importantes não só para o homem livre, mas também aquele que está preso”.

2.4.2.3 Assistência Social

O trabalho do assistente social tem importante valor na integração do preso, principalmente no quesito familiar, onde este tem entre outras tantas missões a de realizar a conexão com os entes, uma das formas é através da leitura das relações familiares identificadas junto às entrevistas com internos.

A Lei de Execução Penal confere em seus artigos 22 e 23 a assistência social:

Art. 22. A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade.

Art. 23. Incumbe ao serviço de assistência social:

I - conhecer os resultados dos diagnósticos ou exames;

II - relatar, por escrito, ao Diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo assistido;

III - acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias;

IV - promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação;

V - promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade;

VI - providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da Previdência Social e do seguro por acidente no trabalho;

VII - orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima.

Ainda, Ribeiro (2013, p. 10) acrescenta “além da importância dada à educação e ao trabalho no processo de ressocialização dos presos, o art 22 da LEP traz, ainda, a relevância da garantia de assistência social, a qual objetiva amparar e preparar o preso e o internato para o retorno ao convívio social, sem que reincidam em novas condutas típicas”.

2.4.2.4 Assistência Psicológica

Segundo Elói (2012):

“De uma forma global a psicologia é uma ciência, que estuda o comportamento e a mente humana, com o objetivo geral do ser humano sentir-se bem consigo próprio, com os que se relaciona e com o ambiente à sua volta. A psicologia está em cada um de nós, em cada decisão, em cada medo, no sucesso e no fracasso. Definir psicologia é complexo, longe de ser unânime [...]”.

Até a publicação da LEP em 1984, as funções do psicólogo no sistema prisional não eram bem definidas, a partir de então as atribuições foram estabelecidas e o exame criminológico passou a centralizar a demanda.

A psicologia no que diz respeito aos atos antissociais necessita investigar todos os fenômenos ligados ao comportamento do indivíduo que transgredir a lei. É importante a verificação do que levou o indivíduo a cometer o ato, quais as circunstâncias em que ele cometeu e seu histórico, como já mencionado, para que se possa fazer uma elaboração de planos de intervenção, sendo assim, o processo de reabilitação fica mais fácil de ser atingido e trabalhos preventivos podem ser realizados de forma mais positiva (SERAFFIM, 2003) apud (NOVO e NASCIMENTO, 2017).

Para Azevedo (2000) apud Novo e Nascimento (2017) “o trabalho do psicólogo na área dos Direitos Humanos tem como objetivo defender os mesmos, combatendo as várias formas de exclusões existentes na sociedade, contribuindo para a cidadania e fazendo com que a sociedade reflita sobre a violação desses direitos”.

2.4.2.5 Assistência Jurídica

De acordo com Monteiro (2016) “a maior parte dos presos brasileiros não possuem condições financeiras para a contratação de um advogado para andamento do processo, sabendo disso, os art. 15 e 16 da Lei de Execução Penal oferecem assistência jurídica. O que na realidade, é um processo demorado e conhecido como lento para os detentos que aguardam a justiça”.

Conforme demonstram os art. 15 e 16 da Lei de Execução Penal:

“Art. 15. A assistência jurídica é destinada aos presos e aos internados sem recursos financeiros para constituir advogado.

Art. 16. As Unidades da Federação deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, pela Defensoria Pública, dentro e fora dos estabelecimentos penais”. (Redação dada pela Lei nº 12.313, de 2010).

Segundo Mirabete (2007, p. 72), “a adequada assistência jurídica é de evidente importância para a população carcerária. Nos casos em que há ação penal em andamento, o advogado pode interferir diretamente no andamento do processo”.

2.4.2.6 Assistência Religiosa

A constituição Federal prevê em seu art. 5º, inciso VI, “a inviolabilidade de consciência de crença, assegurando o livre exercício de cultos religiosos e garantindo proteção aos lugares onde ocorrem os cultos e as suas liturgias”. Além disso, dispõe também no inciso VII, o direito fundamental a prestação de “assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva”.

A Lei de Execução Penal confere ainda em seu artigo 24 a assistência religiosa:

Art. 24. A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-se-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa.

§ 1º No estabelecimento haverá local apropriado para os cultos religiosos.

§ 2º Nenhum preso ou internado poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa.

Mesmo que vaga a noção de assistência religiosa trazida pelo legislador, nota-se a preocupação em garantir aos reclusos o direito ao amparo religioso e liberdade de crença.

Sabidamente, Mirabete (2002, p. 83) leciona sobre a importância da religião no sistema carcerário:

Na atualidade, a assistência religiosa no mundo prisional não ocupa lugar preferencial nem é o ponto central dos sistemas penitenciários, tendo-se adaptado as circunstâncias dos nossos tempos. Não se pode desconhecer, entretanto, a importância da religião como um dos fatores da educação integral das pessoas que se encontram internadas em um estabelecimento penitenciário, razão pela qual a assistência religiosa é prevista nas legislações mais modernas. Em pesquisa efetuada nos diversos institutos penais subordinados à Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo por um grupo de trabalho instituído pelo então Secretário Manoel Pedro Pimentel, concluiu-se que a religião tem, comprovadamente, influência altamente benéfica no comportamento do homem encarcerado e é a única variável que contém em si mesma, em potencial, a faculdade de transformar o homem encarcerado ou livre.

Desta forma, FREITAS (p. 29) ainda completa que “essa experiência religiosa reestabelece o sentido da existência, ensinando questões essenciais ao convívio em sociedade, como a importância de se amar o próximo, de se ter humildade, de ser solidário”.

2.4.2.7 Assistência Médica

A questão relacionada à Assistência médica dos detentos é um dos grandes problemas do sistema carcerário, devido à falta de estrutura das prisões, que na maior parte das vezes não contam com profissionais, aparelhamento nem remédios para realizar os devidos atendimentos. Uma das assistências mais básicas, mas mesmo assim de extrema importância para a ressocialização do apenado.

A Lei de Execução Penal confere em seu artigo 14 a assistência à saúde:

Art. 14. A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico.
 § 1º (Vetado).
 § 2º Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, mediante autorização da direção do estabelecimento.
 § 3º Será assegurado acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido.

MENEZES (2014) mostra que “os apenados necessitam de um olhar diferenciado no que diz respeito a saúde, uma vez que se encontram em um ambiente propício à proliferação de diversos tipos de enfermidades e epidemias, e, ao mesmo tempo, com limitação de atendimento médico e acesso a medicamentos”.

Para que o apenado possa voltar à sociedade, um dos objetivos legais, deve-se ocorrer uma execução penal com condições adequadas onde esse receba os devidos atendimentos, tendo em vista que a ressocialização não depende apenas do preso, mas também das condições que são dadas a este.

2.4.3 PROGRESSÃO DE REGIME

Outro meio que a legislação oferece como medida de ressocialização é a progressão de regime, que tem como um dos principais requisitos o bom comportamento, como mostra no art. 112 da Lei de Execuções Penais:

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão.

Conforme ensinamentos de Andreucci (2009, p. 73-74), “a finalidade do sistema progressivo de execução da pena privativa de liberdade é justamente possibilitar a reinserção gradativa do apenado ao convívio social, fazendo-o passar do regime mais rigoroso para outro mais brando, até a completa liberdade”.

De encontro, MENEZES (2014) aperfeiçoa:

Para que um condenado possa ser devolvido à sociedade – intuito da lei - ele deve ser exposto a uma execução penal progressiva, que possibilite que o detento desenvolva atividades no interior do cárcere, promovidas pelo Estado, e no momento posterior, da sua liberdade, que tenha um certo acompanhamento por parte das autoridades.

2.4.4 EMPECILHO À RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL

A ressocialização na atual conjuntura do sistema prisional de fato é bem complicada, nota-se que a legislação e demais regulamentos pertinentes estão bem parametrizados e organizados, porém, não se vê na prática uma efetividade.

A respeito das prisões brasileiras, Figueiredo Neto *et al.* (2009) *apud* Ribeiro (2013) elucida que:

No Brasil as prisões podem ser consideradas como um dos piores lugares em que o ser humano pode viver. Elas estão abarrotadas, sem condições dignas de vida, e menos ainda de aprendizado para o apenado. Os detentos por essas condições se sentem muitas vezes desestimulados a se recuperarem e sem estima para a vida quando de sua volta à sociedade, dessa maneira quando a ela retornam continuam a praticar os diversos tipos de crimes. Com todas essas deficiências, a ausência de projetos de recuperação e a consciência de que a sociedade já o estigmatiza, soma-se

ainda as condições falidas de muitos sistemas penitenciários tais como a superpopulação, uma alimentação muitas vezes inadequada, além de estarem expostos à falta de higiene e assistência sanitária, entre outras coisas.

Mesmo que a lei regule medidas de amparo aos presos ao retorno em convívio em sociedade, na prática tal tarefa se torna cada dia mais difícil, tendo em vista a precariedade no sistema penal, que impede a boa implementação de tais assistências. Ribeiro (2013) aponta que a superlotação, condições precárias de higiene, despreparo dos funcionários, inobservância à individualização na execução da pena e uma série de outros fatores que apontam para a falência (ineficiência) do sistema.

De acordo com Paixão (1987) apud Carvalho (2010, p. 135-136):

Abrigando indivíduos socialmente classificados de fora da lei e desajustados, as penitenciárias não apenas os sujeitam a métodos de controle e de sofrimento, como possibilitam aos mesmos um espaço de interação e “aprendizagem”, do qual resulta a conversão de novos adeptos a uma perspectiva criminosa. São, nesse sentido, universidades do crime, - local de socialização e aperfeiçoamento de técnicas delinquentes.

3. METODOLOGIA

Quando se fala da metodologia, é necessário que a pesquisa tenha a devida classificação, a princípio os critérios utilizados quanto a pesquisa forão: pesquisa exploratória que tem por objetivo aproximar-se do problema de pesquisa; pesquisa descritiva onde o objetivo é descrever as características de uma determinada população ou fenômeno; e pesquisa explicativa que se preocupa em descrever os fatos e fatores que levam a ocorrência dos fenômenos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O que se percebe é uma atenção por parte do legislador em tentar garantir meios para que o apenado possa cumprir sua pena de forma digna e que ao final desta esteja apto ao reingresso a sociedade. Porém, não é o que se vê na prática, a ingerência por parte do Estado em várias áreas, não é diferente no sistema prisional.

Enfim, é natural concluir que a pena de prisão não é um meio para resolver questões que estão ligadas as carências acarretadas pela ausência de políticas públicas, uma vez que os “governos vêm se rendendo à tentação de recorrer à polícia, aos tribunais e à prisão para

estancar as desordens geradas pelo desemprego em massa, pela generalização do trabalho assalariado precário e pelo encolhimento da proteção social” (WACQUANT, 2011, p. 19).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cada dia fica mais evidente que o problema do sistema prisional brasileiro é uma questão social que clama por socorro. Enquanto não se tirar aquela velha e má impressão de que as prisões são lugares onde criminosos foram postos para serem castigados. Mas, sim, lugares onde foram colocados para de alguma forma serem responsabilizados e principalmente poderem ingressar novamente a sociedade, da melhor forma possível (cumprindo a lei, honrando com suas obrigações, enfim, fazendo valer seus direitos, bem como, os deveres de cidadão).

O que foi verificado é que a legislação vigente prevê diversos meios que possibilitam a reintegração social, como demonstrado anteriormente: assistência social, psicológica, jurídica, religiosa, médica, entre outras. Porém, na prática a situação é outra, a ineficácia e a ineficiência do poder público em efetivar o que está previsto legalmente predominam.

Conclui-se que o sistema penitenciário não só paranaense como o brasileiro, ainda têm muitas alternativas, bastando, apenas cumprir o que determina a lei. Tendo em vista, que está comprovada que a atual postura carcerária não corrige, pelo contrário as unidades prisionais são conhecidas como verdadeiras universidades do crime.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDHC	Comissão de Direitos Humanos e Cidadania
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
DEPEN	Departamento Penitenciário do Estado do Paraná
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LEP	Lei de Execução Penal
MS	Ministério da Saúde
SEJU	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania
TCE-PR	Tribunal de Contas do Estado do Paraná

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sergio. **Crimen, punición y prisiones em Brasil: um retrato sin retoque**. In: Quórum (Alcalá de Henares), v. 16, p. 41-49, 2006.
- AGUIRRE, Carlos. **Cárcere e Sociedade na América Latina, 1800-1940**. In: MAIA et al. História das Prisões no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, v.1.
- ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Execução Penal** - Coleção Pockets Jurídicos. São Paulo: Saraiva. 2009.
- BARROS, Mari Nilza Ferrari de. **Tópicos Especiais em Direitos Humanos e Cidadania I – Direitos Humanos e Violência**. Ponta Grossa. UEPG/NUTEAD, 2014.
- CARVALHO, Robson Augusto Mata de. **Cotidiano Encarcerado: O Tempo como pena e o trabalho como “premio”**. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.
- COYLE, Andrew. **Administração Penitenciária: Uma abordagem de Direitos Humanos: Manual para Servidores Penitenciários**. Londres: International Centre for Prison Studies, 2002.
- ELÓI, Jorge. **A importância da Psicologia**. Psicologia Free. Disponível em: <http://www.psicologiafree.com/curiosidades/29/> Acesso em: 20 de Dezembro de 2018.
- FREITAS, Angélica Giovanella Marques. **A influência da religião na ressocialização do apenado**. Disponível em: http://conteudo.pucrs.br/wp-content/uploads/sites/11/2018/09/angelica_freitas.pdf Acesso em: 30 de Janeiro de 2019.
- GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. 10º ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.
- GROKSKREUTZ, Hugo Rogerio. **Das teorias da pena no Ordenamento Juridico brasileiro**. Rio Grande, 2010. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7815 Acesso em 10 de Dezembro de 2018.
- MACHADO, Stéfano Jander. **A ressocialização do preso a luz da lei de execução penal**. 2008. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Stefano%20Jander%20Machado.pdf> Acesso em: 10 de dezembro de 2018.
- MENEZES, Bruno Seligman de; MENEZES, Cristiane Penning Pauli de. **O acesso à saúde no sistema penitenciário: a (in)observância da lei de execuções penais**. Rio Grande, 2014. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14554&revista_caderno=29 Acesso em: 30 de Janeiro de 2019.
- MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução Penal**. 10ª ed. São Paulo: editora Atlas, 2002.
- MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal**. 25ª ed., rev. e atual. São Paulo: editora Atlas, 2007.

MONTEIRO, Brenda Camila de Souza. **A lei de execução penal e o seu caráter ressocializador**. Rio Grande, out 2016. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18106&revista_caderno=22 Acesso em: 10 de Dezembro de 2018.

MOTTA, Manoel Barros da. **Crítica da Razão Punitiva: Nascimento da Prisão no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

NOVO, Benigno Nuñez; NASCIMENTO, João Paulo Lima do. **A psicologia na ressocialização prisional**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/61386/a-psicologia-na-ressocializacao-prisional/1> Acesso em: 20 de Dezembro de 2018.

PAVIANI, Jayme – **Conceitos e formas de violência** org. Maura Regina Modena. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2016.

RIBEIRO, Isac Baliza Rocha. **Ressocialização de presos no Brasil: Uma crítica ao modelo de punição versus ressocialização**. Disponível em: <http://www.pensamientopenal.com.ar/system/files/2014/07/doctrina39368.pdf> Acesso em: 10 de Dezembro de 2018.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Direito e prática histórica da execução penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Renavan, 2005.

SANTOS, Cintia Helena dos. **Tópicos Especiais em Direitos Humanos e Cidadania II – Direitos Humanos e Segurança Pública**. Ponta Grossa. UEPG/NUTEAD, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim; **Metodologia do Trabalho Científico**. 23º ed. São Paulo. Cortez, 2007.

TELES, Ney Moura. **Direito Penal Parte Geral: Arts. 1º a 120**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl et al. **Direito Penal Brasileiro: primeiro volume**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renavan, 2003.

Atlas da Violência 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf Acesso em: 05 de dezembro de 2018.

Paraná mantém um terço dos presos em cadeias e delegacias superlotadas. Disponível em: <https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/parana-mantem-um-terco-dos-presos-em-cadeias-e-delegacias-superlotadas/4898/N> Acesso em: 30 de Outubro de 2018.

Práticas de tratamento penal nas unidades penais do Paraná / organizadoras Maria do Rocio Novaes Pimpão Ferreira e Sônia Monclaro Virmond – Curitiba, PR : Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, 2011. (Cadernos do Departamento Penitenciário do Paraná). Disponível em: http://www.espen.pr.gov.br/arquivos/File/caderno_tratamento_penal.pdf Acesso em: 30 de Outubro de 2018.

Princípios Básicos Relativos ao Tratamento de Reclusos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/PrincBasTratRec.html> Acesso em: 19 de Dezembro de 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm Acesso em: 05 de Dezembro 2018.

_____. Lei nº 7.120, de 11 de Julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210compilado.htm Acesso em: 05 de dezembro de 2018.